

# Auditoria é adiada por mais um ano

**B**RASÍLIA — Ainda não foi dessa vez que o Congresso fez a prometida auditoria na dívida externa mas o tema continua em cartaz. A Comissão Mista criada pelo artigo 26 das disposições transitórias da Constituição aprovada em outubro passado teve seu relatório aprovado, na quarta-feira passada, sem que tivesse realizada a sua principal tarefa. A prestação de contas aprovada refere-se ao "exame analítico" do endividamento externo brasileiro, que era a função secundária da comissão. A solução encontrada pelo Congresso foi criar nova Comissão Mista para realizar a auditoria, que terá prazo prazo de um ano a partir de sua instalação para concluir seu trabalho. A rejeição do relatório do deputado Luiz Salo-

mão (PDT-RJ) também não representou a desistência do Congresso de decretar uma nova moratória oficial. Os novos empréstimos externos, prevê o projeto, não podem conter "cláusulas atentatórias à soberania nacional" ou que estipulam juros flutuantes.

A referência às restituições impostas à cláusula de taxas de juros flutuantes, no entanto, deixa perguntas sem respostas. Os parlamentares não esclareceram, por exemplo, se seria adotado um patamar fixo de taxas a partir de critérios previamente definidos. As tentativas conduzidas em outras oportunidades pelo próprio Executivo, em negociações com os bancos credores, apontavam a taxa média histórica de 6% como o parâmetro adequado para o nível de juro fixo a ser pago pelo País. Esses esforços, entretanto, nunca chegaram a alcançar sucesso, permanecendo praticamente inalterada a concentração de mais de 50% do valor da dívida com os credores privados sujeita a taxas flutuantes. (T.B.)